

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

‘Supremo provocou mal-estar cívico’

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi quem melhor traduziu o resultado da sessão da Corte desta terça-feira, 15, que discutiu o envolvimento de alguns de seus membros com Daniel Vercaro, ex-dono do Banco Master.

Além de ter dito que o STF “provocou um mal-estar cívico em todos os cidadãos e cidadãos” devido ao bate-boca público entre seus integrantes, Cármen Lúcia se mostrou “profundamente envergonhada”. Ela pediu “desculpas ao povo brasileiro que talvez tenha esperado de nós algo diferente”.

A ministra lembrou que o país está a 19 dias da eleição do futuro presidente da República e de governadores, senadores e deputados federais. “O povo brasileiro deveria estar concentrado na eleição geral e em decidir seu destino, mas as discussões sobre o Supremo passaram a dominar os lugares que frequentava e os telejornais”, reclamou.

Tudo porque nada foi decidido na sessão desta terça-feira – marcada para votar se seria ou não aberta investigação sobre o envolvimento do ministro Alexandre de Moraes com Daniel Vercaro. Terminou sem decisão.

Oficialmente foram registrados dois votos a favor do início da investigação (Edson Fachin e André Mendonça) com três contrários (Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin). Flávio Dino pediu vista e deixou claro que seu voto será contra, mas Luiz Fux e Cármen Lúcia anteciparam formalmente o apoio à investigação. Ficou uma placar final

de quatro a quatro, o que deverá fazer com que Fachin, como presidente da Corte, vote novamente para desempatar. Nunes Marques e Dias Toffoli não votaram.

O grupo de Alexandre de Moraes foi contrário ao início da votação. Propôs que, junto, fosse discutida a atuação de André Mendonça como relator. Segundo Moraes, o ministro o perseguiu e promoveu vazamentos seletivos. Os dois bateram boca. Mas foi contra Gilmar Mendes que André Mendonça mais se exaltou. Fux também teve momentos de exaltação contra Flávio Dino e Gilmar Mendes.

Gilmar acusou Mendonça de “um inequívoco viés político-eleitoral na forma como os autos foram conduzidos nesse inquérito. Escolha de data, 7 de setembro, envolvendo essa Corte em campanha eleitoral. Isso não se faz. [...] Evidente que se trata de um ‘pixuleco’, de um boneco eleitoral. É disso que nós estamos falando”. Mendonça xingou o ministro aos gritos de “leviano, leviano”.

Para o governo, o resultado não foi bom. O Palácio do Planalto torcia para que os ânimo se acalmassem. Já os bolsonaristas avaliam que a crise do STF os beneficia, pois o clima ruim tem atingido a popularidade do presidente da República, segundo as pesquisas de intenção de voto.

Os bate-bocas eram esperados, na medida em que os ministros se prepararam para uma guerra na sessão. Mas também havia especulações sobre a possibilidade de um acordo e até de que acabassem não conseguindo chegar a lugar nenhum.

Intitulada “Pode acontecer tudo no STF, inclusive nada”, esta coluna ontem terminou com a seguinte avaliação: “Daí porque pode ocorrer tudo na sessão desta terça-feira. Inclusive nada. Ou um pedido de vista.”

ne Barci de Moraes, mulher do ministro, é, por si só, escandaloso.

Ontem, Moraes negou que tenha mantido conversas comprometedoras com Vercano, o que caminha na direção oposta das apurações feitas pela Polícia Federal. Segundo o ministro, as mensagens encontradas no celular do ex-banqueiro não provam a existência de um diálogo com ele.

A versão apresentada por Moraes ressalta a necessidade de ele ser investigado, seu celular e seus computadores precisam ser revirados. Mas não seria razoável deixar de fora ministros igualmente suspeitos de receberem favores do banqueiro. Chega a ser assustador ver que, dos dez integrantes do STF, cinco — a metade — sejam suspeitos.

Não vale estabelecer uma hierarquia entre os casos, o de Moraes veio à tona antes dos demais por uma decisão do próprio Mendonça. Foi ele, no último dia 24, a pouco mais de um mês da eleição, que determinou à Polícia Federal a realização de um apanhado de investigações que, sabia, iriam chegar a Moraes. Ele não poderia desconhecer algo que era de domínio público desde março.

Ao destacar o caso de Moraes e, pelo visto, deixar de lado os que envolviam outros colegas, Mendonça abriu margem para a acusação de ter agido movido por interesses eleitorais. Indicado para o STF por Jair Bolsonaro e até hoje próximo do clã, Mendonça não poderia ignorar que a exposição do ex-relator dos processos contra golpistas seria capaz de prejudicar a candidatura do presidente Lula à reeleição.

Terrivelmente evangélico, o ministro parece não ter levado fé na capacidade de reação de colegas; depois de apontar o dedo para Moraes, é obrigado a encarar indicadores em sua direção.

EDITORIAL

Cármen Lúcia, a cidadã brasileira no Supremo

A fala da ministra Cármen Lúcia nesta terça-feira (15), durante o julgamento no Supremo Tribunal Federal, ultrapassou os limites de uma manifestação jurídica. Em um momento de forte tensão institucional, ela trouxe ao plenário uma combinação rara de firmeza, lucidez e emoção ao reconhecer que a própria Corte precisa refletir sobre o ambiente que ajudou a criar. Cármen afirmou estar profundamente triste e chegou a dizer que se sentia envergonhada diante do que classificou como um “mal-estar cívico” provocado pelos acontecimentos recentes.

O mais significativo de sua manifestação, porém, foi a disposição de olhar para dentro. Ao dizer que o Judiciário existe para tranquilizar a população, mas que o Supremo acabou produzindo intranquilidade, a ministra colocou em palavras um sentimento que ultrapassa as disputas entre grupos políticos e as interpretações jurídicas que cercam o julgamento.

Não se trata de negar a importância do Supremo, tampouco de questionar sua função constitucional. Ao contrário. Quanto maior a responsabilidade de uma instituição, maior deve ser sua capacidade de reconhecer os momentos em que sua atuação passa a ser percebida com desconfiança por parte da sociedade. Independência judicial não pode significar isolamento. E autoridade não deve ser confundida com infalibilidade.

Cármen também defendeu que o magistrado não pode se deixar conduzir pelo “clamor público”, reafirmando a necessidade de independência para decidir. Essa é uma distinção fundamental: ouvir a sociedade é diferente de submeter-se às pressões da opinião pública. O juiz deve decidir conforme a Constituição e as leis, mas a instituição à qual pertence não pode ignorar a confiança daqueles em nome de quem a Justiça é exercida.

Em uma sessão marcada por divergências, interrupções e momentos de elevada tensão, a manifestação da ministra acabou funcionando como um chamado à serenidade. Talvez a principal mensagem deixada por Cármen Lúcia tenha sido justamente a mais simples: instituições democráticas também precisam reconhecer seus próprios limites.

Pedir desculpas, admitir desconforto e demonstrar emoção não diminuem a autoridade de uma magistrada. Podem, ao contrário, revelar a dimensão humana de quem compreende que decisões tomadas dentro de um tribunal produzem consequências muito além de suas paredes.

Num país tão dividido e submetido diariamente ao ruído das redes sociais, dos discursos inflamados e da disputa política, a serenidade não é sinal de fraqueza. É uma necessidade democrática. E a fala de Cármen Lúcia, ao lembrar que o Supremo deve contribuir para pacificar, oferece uma reflexão que deveria alcançar não apenas os ministros da Corte, mas todas as instituições brasileiras.

OPINIÃO DO LEITOR

Ano Litúrgico

Agosto foi o mês das vocações, setembro é mês da Bíblia, outubro será mês das missões. Assim segue o Ano Litúrgico, destacando aspectos da vida e missão da Igreja.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal